



Colégio
00001

Sala
0001

Ordem
0001

Agosto/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Concurso Público para provimento de cargos de Técnico de Nível Superior Contador – ARSETE

Nome do Candidato
Caderno de Prova 'A10', Tipo 001

Nº de Inscrição
MODELO

Nº do Caderno
TIPO-001

Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Educação engloba aquisição de conhecimentos e civilidade.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, anotações, impressos não permitidos ou máquina calculadora ou similar.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação a tinta na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição) na folha correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Português**

Atenção: Considere o texto a seguir para responder às questões de números 1 a 5.

Achei que estava bem na foto. Magro, olhar vivo, rindo com os amigos na praia. Quase não havia cabelos brancos entre os poucos que sobreviviam. Comparada ao homem de hoje, era a fotografia de um jovem. Tinha 50 anos naquela época, entretanto, idade em que me considerava bem distante da juventude.

Lidar com a inexorabilidade do envelhecimento exige uma habilidade na qual somos inigualáveis: a adaptação. Não há animal capaz de criar soluções diante da adversidade como nós. Da mesma forma que ensaiamos os primeiros passos por imitação, temos que aprender a ser adolescentes, adultos e a ficar cada vez mais velhos.

A adolescência é um fenômeno moderno. Nossos ancestrais passavam da infância à vida adulta sem estágios intermediários. Nas comunidades agrárias, aos 7 anos, os meninos trabalhavam na roça e as meninas já cuidavam dos afazeres domésticos. A figura do adolescente que mora com os pais até os 30 anos surgiu nas sociedades industrializadas após a Segunda Guerra Mundial.

A exaltação da juventude como o período áureo da existência humana é um mito das sociedades ocidentais. Restringir aos jovens a publicidade dos bens de consumo, exaltar a estética, os costumes e os padrões de comportamento característicos dessa faixa etária tem o efeito perverso de insinuar que o declínio começa assim que essa fase se aproxima do fim.

A ideia de envelhecer aflige mulheres e homens modernos. É preciso sabedoria para aceitar que nossos atributos se modificam com o passar dos anos. Que nenhuma cirurgia devolverá aos 60 o rosto que tínhamos aos 18, mas que envelhecer não é sinônimo de decadência física para os que se movimentam, não fumam, comem com parcimônia, exercitam a cognição e continuam atentos às transformações do mundo.

Considerar a vida um vale de lágrimas no qual submergimos ao deixar a juventude é torná-la experiência medíocre. Julgar que os melhores anos foram aqueles dos 15 aos 25 é não levar em conta que a memória é editora autoritária, capaz de suprimir por conta própria as experiências traumáticas e relegar ao esquecimento inseguranças, medos e decepções afetivas.

Nada mais ofensivo para o velho do que dizer que ele tem "cabeça de jovem". Ainda que maldigamos o envelhecimento, é ele que nos traz a aceitação das ambiguidades, das diferenças, do contraditório e abre espaço para uma diversidade de experiências com as quais nem sonhávamos anteriormente.

(Adaptado de: VARELLA, Drauzio. Disponível em: www.drauziovarella.com.br)

1. A temática principal do texto está expressa na seguinte frase:

- (A) *Não há animal capaz de criar soluções diante da adversidade como nós.*
- (B) *Nossos ancestrais passavam da infância à vida adulta sem estágios intermediários.*
- (C) *Nas comunidades agrárias, aos 7 anos, os meninos trabalhavam na roça e as meninas já cuidavam dos afazeres domésticos.*
- (D) *Considerar a vida um vale de lágrimas no qual submergimos ao deixar a juventude é torná-la experiência medíocre.*
- (E) *Comparada ao homem de hoje, era a fotografia de um jovem.*

2. *Nada mais ofensivo para o velho do que dizer que ele tem "cabeça de jovem".* (último parágrafo)

Atente para as afirmações abaixo a respeito da frase acima.

- I. Assinala-se na frase uma opinião pessoal do autor que, apesar do tom de axioma, pode ser ou não compartilhada pelo senso comum.
- II. O autor, idoso confesso, demonstra, por meio do uso da ironia, sua irritação pessoal diante daqueles que o acusaram de ter "cabeça de jovem".
- III. Introduzem-se novos argumentos a corroborar o desencanto do autor com a juventude atual.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e III.
- (C) I e II.
- (D) II e III.
- (E) I.



3. Substituindo-se o segmento grifado pelo que se encontra entre parênteses, o sentido original está mantido em:
- (A) *a memória é editora autoritária, capaz de [...] relegar ao esquecimento inseguranças, medos e desilusões afetivas* (abandonar)
 - (B) *Lidar com a inexorabilidade do envelhecimento exige uma habilidade na qual somos inigualáveis* (Perder o viço da juventude)
 - (C) *A exaltação da juventude como o período áureo da existência humana* (crepúsculo do humanismo)
 - (D) *Ainda que maldigamos o envelhecimento, é ele que nos traz a aceitação das ambiguidades* (permite deliberar sobre os infortúnios)
 - (E) *Restringir aos jovens a publicidade dos bens de consumo* (Cercear no início da vida)

4. *É preciso sabedoria para aceitar que nossos atributos se modificam com o passar dos anos. Que nenhuma cirurgia devolverá aos 60 o rosto que tínhamos aos 18, mas que envelhecer não é sinônimo de decadência física para os que se movimentam, não fumam, comem com parcimônia, exercitam a cognição e continuam atentos às transformações do mundo.* (5º parágrafo)

A respeito do segmento acima, afirma-se corretamente:

- (A) Haverá prejuízo da correção e do sentido caso o segmento “aos 60” seja isolado por vírgulas.
 - (B) Sem prejuízo do sentido e da correção gramatical, a vírgula colocada imediatamente após “18” pode ser substituída pelo sinal de dois-pontos.
 - (C) Fazendo-se as devidas alterações entre maiúsculas e minúsculas, o ponto final após “anos” pode ser substituído por “vírgula”, sem prejudicar a compreensão do sentido e a correção gramatical.
 - (D) A vírgula colocada imediatamente após “parcimônia” é facultativa e pode ser suprimida.
 - (E) Sem alterar a correção e o sentido original, o sinal de travessão pode ser colocado imediatamente após “movimentam”.
5. *Tinha 50 anos naquela época, entretanto, idade em que me considerava bem distante da juventude.* (1º parágrafo)

Ainda que maldigamos o envelhecimento, é ele que nos traz a aceitação das ambiguidades... (último parágrafo)

Sem prejuízo da correção e do sentido, os segmentos sublinhados acima podem ser substituídos, correta e respectivamente, por:

- (A) embora – Haja vista
 - (B) todavia – Mesmo que
 - (C) contudo – Apesar de
 - (D) conquanto – Desde que
 - (E) porquanto – Se bem que
6. As normas de concordância encontram-se plenamente respeitadas na frase:
- (A) No início do século 20, não passavam dos 40 anos a expectativa de vida ao nascer nos países da Europa mais desenvolvida.
 - (B) O processo de envelhecimento populacional que se observa atualmente não é uma característica única do Brasil, sendo compartilhado, de modo mais ou menos acentuado, por diversos países.
 - (C) Cada uma das fases da vida oferecem virtudes, e nosso desafio, ao envelhecermos, é encontrá-la.
 - (D) A partir da Segunda Guerra Mundial, tornou-se possível prevenir e tratar diversas enfermidades que, anteriormente, costumava ser fatal, como tuberculose e sarampo.
 - (E) Até a década de 1950, ainda havia uma população bastante jovem no Brasil, e apenas começava a diminuir as taxas de mortalidade.



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 7 a 11.

O comportamento esperado na escola é bastante marcado por expectativas. Quando pensamos que "matemática é coisa de menino", que "menina é mais caprichosa", enfim, que certas coisas são próprias de meninas e outras de meninos, estamos limitando as aprendizagens e as experiências de vida das crianças e adolescentes.

Por exemplo, quantas grandes jogadoras de futebol podemos ter perdido em nossas escolas a cada ano justamente porque as meninas são desencorajadas a praticar esse esporte, considerado "de menino"? Ou quantas matemáticas e físicas o mundo pode ter perdido cada vez que se acreditou que as alunas, por serem meninas, são naturalmente mais fracas nas disciplinas da área de exatas? Toda vez que uma menina tem menos incentivo para fazer algo considerado "de menino", os estereótipos de gênero funcionam como um freio para todas as possibilidades de aprendizagem que poderiam delinear outro futuro para ela.

Apesar de haver registros sobre equipes femininas de futebol nos anos de 1920, jogar futebol passou a ser proibido às mulheres em um decreto federal de 1941. Ao lado de lutas, saltos, rúgbi, polo e atletismo, a proibição se estendeu até 1979, sob a alegação de que era uma atividade violenta demais para elas.

Atualmente, o Brasil conta com uma das melhores jogadoras de futebol de toda a história. Marta Vieira da Silva recebeu cinco vezes o título de melhor jogadora de futebol feminino do mundo pela Fifa, dois a mais que o mais premiado brasileiro na versão masculina do prêmio. Entretanto, a vantagem de Marta em suas premiações não garantiu visibilidade para os campeonatos femininos nas programações da TV brasileira nem salários iguais àqueles recebidos por seus colegas do futebol masculino. Ações como a proibição do futebol feminino nos anos de 1940 mostram que tais desigualdades devem-se muito mais aos estereótipos de gênero socialmente formulados e reproduzidos do que à falta de habilidade das mulheres no esporte.

Esse exemplo nos lembra o quanto ideias de que há "coisas de homem" ou "coisas de mulher" são muitas vezes produtos de estereótipos e hierarquias sociais. Assim, é sempre preciso celebrar pessoas que desafiam as regras previstas e mostram que o corpo humano, feminino ou masculino, pode desenvolver habilidades as mais variadas, inclusive aquelas não previstas culturalmente.

(Adaptado de: ACCIOLY, Lins, Beatriz et al. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. São Paulo: Reviravolta, 2009, p.19-21)

7. Depreende-se do texto que

- (A) as hierarquias sociais, se incentivadas, desafiam leis opressoras como as que determinaram a proibição do futebol feminino na década de 1940, reforçando a imagem de fragilidade da mulher.
- (B) a escola, ao questionar as limitações impostas pela sociedade, termina por reforçar fatores ligados à cultura, corroborando estereótipos que caracterizam tradicionalmente homens e mulheres.
- (C) a cultura tradicional prevê as escolhas profissionais e suas limitações, muitas vezes ligadas a questões de gênero; a escola, por sua vez, pode ter um papel decisivo na problematização dessas barreiras.
- (D) as desigualdades entre homens e mulheres advêm de uma educação pautada no questionamento e na problematização de questões de gênero socialmente constituídas e repetidas por muitos anos.
- (E) o destaque de mulheres nos esportes resulta da superação de características próprias ao gênero feminino, que, não obstante, deixaram de constar das leis federativas, a exemplo da proibição de praticar jogos "violentos".

8. Mantendo-se a correção e, em linhas gerais, o sentido original, uma redação alternativa para a última frase do 4º parágrafo encontra-se em:

- (A) Proibir o futebol feminino nos anos de 1940 é indício quando tais desigualdades se produzem ante aos estereótipos de gênero formulados e reproduzidos pela sociedade, em decorrência da falta de habilidade das mulheres no esporte.
- (B) Ações tal qual a interdição do futebol feminino nos anos de 1940 mostra que tais desigualdades se devem sobremaneira à invariabilidade de gênero socialmente formulada e reproduzida, em detrimento da habilidade das mulheres no esporte.
- (C) Atos como proibir futebol feminino nos anos de 1940 são mostras que tais desigualdades produzem frutos de estereótipos de gênero formulados e reproduzidos em sociedade, e não à falta de habilidade das mulheres no esporte.
- (D) A proibição do futebol feminino na década de 1940, por exemplo, ilustra o fato de que essas desigualdades advêm antes de padrões de gênero socialmente formulados e reproduzidos do que da falta de habilidade das mulheres no esporte.
- (E) Ações de proibição do futebol feminino na década de 1940 se deve a desigualdades, que provém de modelos de gênero social, formulados e reproduzidos, dada à falta de habilidade das mulheres no esporte.

9. Considere as afirmativas abaixo:

- I. O uso de aspas, no texto, presta-se a destacar expressões e juízos que não condizem com o ponto de vista dos autores.
- II. As vírgulas que isolam o segmento *feminino ou masculino*, no último parágrafo, não podem ser substituídas por travessões, uma vez que os termos estão coordenados à expressão "corpo humano".
- III. Na primeira frase do 2º parágrafo, o termo "porque" indica que se trata de interrogação.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) III.
- (E) I e III.



10. A flexão do verbo em negrito, nos segmentos abaixo, deve-se ao elemento sublinhado em:

- (A) O comportamento esperado na escola é bastante marcado por expectativas.
- (B) ... quantas grandes jogadoras de futebol **podemos ter perdido**...
- (C) ...o mundo pode ter perdido cada vez que se **acreditou** que as alunas...
- (D) Entretanto, a vantagem de Marta em suas premiações não **garantiu** visibilidade...
- (E) ...pessoas que desafiam as regras previstas e **mostram** que o corpo humano...

11. O segmento que admite transposição para a voz passiva está em:

- (A) ...o Brasil conta com uma das melhores jogadoras de futebol...
- (B) ...os estereótipos de gênero funcionam como um freio...
- (C) Apesar de haver registros sobre equipes femininas...
- (D) Marta Vieira da Silva recebeu cinco vezes o título de melhor jogadora...
- (E) ...sob a alegação de que era uma atividade violenta demais...

12. Quanto à concordância, está correta a frase que se encontra em:

- (A) Ao mencionarmos a palavra "escola", vêm à nossa mente a imagem de professores e estudantes.
- (B) Entre nós perdura um modelo mais tradicional de como deveriam ser a família.
- (C) Atualmente, há inúmeras formas de relacionamento, que podem variar de pessoa a pessoa.
- (D) Ao discutirmos família, estão se refletindo ainda sobre as relações entre homens e mulheres.
- (E) São ainda com parâmetros tradicionais que se avaliam todo tipo de famílias.

Raciocínio Lógico-Matemático

13. A sequência 27; 17; 28; 15; 29; 13; 30; . . . foi criada com um padrão lógico aritmético que se mantém ilimitadamente. Nessa sequência aparecem termos que são números negativos. A soma do segundo termo negativo da sequência com o termo imediatamente posterior a ele na sequência é igual a

- (A) 42.
- (B) 38.
- (C) 37.
- (D) 45.
- (E) 36.

14. Um comerciante reajusta o preço de um produto da seguinte maneira: o novo preço é 10% a menos do que o dobro do preço anterior. Dois desses reajustes significam um aumento acumulado sobre o preço original do produto de

- (A) 320%.
- (B) 224%.
- (C) 186%.
- (D) 324%.
- (E) 280%.

15. No primeiro período, de 1,1 hora, um diagramador executa 3.000 toques em velocidade constante. No segundo período, também de 1,1 hora, ele executa 10% a mais de toques em relação ao período anterior, também em velocidade constante. A mesma alteração de acréscimos em relação ao período anterior (10%), e velocidade constante de toques, continuam no terceiro e no quarto períodos de 1,1 hora cada um. Dessa forma, a quantidade de toques que esse digitador executa na quarta hora de trabalho é igual a

- (A) 3531.
- (B) 3627.
- (C) 3993.
- (D) 3749.
- (E) 3825.



16. Considere as seguintes afirmações.

- I. Se Adalberto não é estudioso, então Bruno é esforçado.
- II. Se Daniela é atenta, então Ernesto não é assíduo.
- III. Se Bruno é esforçado, então Cátia é organizada.
- IV. Se Ernesto é assíduo, então Fátima é pontual.
- V. Se Fátima é pontual, então Cátia é organizada.
- VI. Cátia não é organizada.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que

- (A) Adalberto não é estudioso e Bruno é esforçado.
- (B) Daniela é atenta ou Fátima é pontual.
- (C) Adalberto é estudioso ou Daniela não é atenta.
- (D) Ernesto não é assíduo e Adalberto não é estudioso.
- (E) Bruno é esforçado ou Fátima é pontual.

17. De quatro bolos iguais, foram colocados sobre uma mesa três bolos e meio. O pai viu e comeu três sétimos dos bolos que havia sobre a mesa. O filho mais velho comeu três quintos do que o pai havia deixado na mesa. O filho mais novo comeu a metade do que o filho mais velho havia comido. A fração de um bolo que os dois filhos juntos comeram a mais do que o pai havia comido é igual a

- (A) dois quintos.
- (B) três décimos.
- (C) sete oitavos.
- (D) cinco sextos.
- (E) três quartos.

Noções de Informática

18. Para que a segurança da informação seja mantida em um ambiente com acesso à internet, é correto afirmar:

- (A) A instalação de um *firewall* garante que a rede esteja segura contra invasores, podendo ser a única linha de defesa.
- (B) O *firewall* protege apenas contra ataques internos ao *firewall*, nada podendo fazer contra ataques que partem de fora da rede por ele protegida.
- (C) A instalação de um sistema de informação deve ser feita com o sistema conectado à internet, para que possíveis ataques possam ser neutralizados na instalação.
- (D) A configuração segura para um *proxy web* deve liberar o acesso somente aos endereços IP de usuários autorizados.
- (E) Uma *intranet* é considerada uma rede pública, sendo mais suscetível a ataques. Assim, é obrigatório o uso de *firewall* pessoal na rede da empresa.

19. O gerenciamento de projetos, o planejamento estratégico, a governança de TI e o gerenciamento de serviços são instrumentos essenciais ao sucesso das organizações. É correto afirmar que

- (A) o gerenciamento de projetos, de acordo com o PMBOK 5ª edição, é realizado através da aplicação e integração apropriadas dos 42 processos, logicamente agrupados em 4 grupos.
- (B) os projetos são frequentemente utilizados como um meio de direta ou indiretamente alcançar os objetivos do planejamento estratégico de uma organização.
- (C) o planejamento estratégico é responsável pelo desenvolvimento, execução e monitoramento dos serviços, em consonância com o órgão de governança de TI.
- (D) a governança de TI é realizada pelos provedores de serviço de TI por meio da combinação adequada de pessoas, processos e gestão da informação.
- (E) o gerenciamento de serviços precisa ser capaz de equilibrar as demandas e manter uma comunicação proativa com as partes interessadas a fim de entregar um projeto bem sucedido.

20. O sistema operacional Windows 7

- (A) não foi projetado para funcionar com processadores *multicore*.
- (B) nas versões Starter, Home Basic e Home Premium reconhece dois ou mais processadores físicos para proporcionar um melhor desempenho nos computadores.
- (C) nas versões Professional, Enterprise e Ultimate reconhece apenas um único processador físico.
- (D) requer 1 GB de RAM e 15 GB de espaço em disco disponível adicionais para acionar o Modo Windows 8.
- (E) nas versões de 32 *bits* oferece suporte a até 32 núcleos de processador e nas versões de 64 *bits* oferece suporte a mais de 64 núcleos de processador.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

Atenção: Para responder às questões de números 21 e 22, considere a Lei nº 2.138/1992 que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Teresina.

21. NÃO se inclui dentre os direitos funcionais assegurados aos servidores municipais:

- (A) Direito de greve e livre associação sindical.
- (B) Remuneração do trabalho extraordinário com acréscimo de 50% em relação à hora normal.
- (C) Gozo de férias anuais remuneradas com 1/3 a mais da retribuição normal.
- (D) Receber a totalidade das férias em dinheiro, desde que o requeira até sessenta dias antes da data prevista para gozo.
- (E) Retribuição pecuniária básica não inferior ao salário mínimo nacional.

22. Considere:

- I. A ação disciplinar prescreverá em um ano quanto às infrações puníveis com advertência.
- II. O prazo de prescrição da ação disciplinar começa a correr na data em que o fato foi cometido.
- III. A abertura de sindicância ou a instauração de processo disciplinar interrompe a prescrição da ação disciplinar, até decisão final proferida por autoridade competente.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) III.
- (B) I e II.
- (C) I e III.
- (D) II e III.
- (E) I.

Noções de Direito Constitucional

23. A criação, por lei federal, de região metropolitana constituída por um agrupamento de Municípios limítrofes localizados no território de determinado Estado, para integrar a organização, o planejamento e a execução de serviços de saneamento básico seria

- (A) incompatível com a Constituição da República, por invadir competência do Estado para instituição de regiões metropolitanas por lei complementar.
- (B) compatível com a Constituição da República, desde que dentro do período determinado por lei complementar federal e mediante consulta prévia, por meio de plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos.
- (C) incompatível com a Constituição da República, por invadir competência material do Estado para prestação de serviços de saneamento básico.
- (D) incompatível com a Constituição da República, por invadir competência dos Municípios para legislar sobre assunto de interesse local.
- (E) compatível com a Constituição da República, por ser competência da União instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive saneamento básico.

24. Conselheiro de Tribunal de Contas estadual ao qual seja imputada a suposta prática de crime comum será processado e julgado perante o

- (A) Tribunal do Júri, caso se trate de crime doloso contra a vida.
- (B) Supremo Tribunal Federal.
- (C) Superior Tribunal de Justiça.
- (D) Tribunal Regional Federal.
- (E) Juiz federal.



25. Lei complementar federal que admita o aporte de recursos de União, Estados, Distrito Federal e Municípios a entidades fechadas de previdência privada, na qualidade de patrocinadores, estabelecendo, no entanto, que não poderá, em hipótese alguma, sua contribuição normal exceder a do segurado, será
- (A) incompatível com a Constituição da República, no que se refere a Estados, Distrito Federal e Municípios, que deverão disciplinar em leis próprias, de iniciativa do Poder Executivo, sua relação com as respectivas entidades fechadas de previdência privada.
 - (B) incompatível com a Constituição da República, no que se refere à vedação de que a contribuição normal dos patrocinadores exceda a dos segurados.
 - (C) incompatível com a Constituição da República, pois esta veda a instituição de regime de previdência complementar para servidores titulares de cargo efetivo.
 - (D) compatível com a Constituição da República.
 - (E) incompatível com a Constituição da República, pois esta veda o aporte de recursos dos entes da Federação a entidades de previdência de caráter complementar.

26. Considere as seguintes atribuições:

- I. Estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- II. Fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- III. Dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal.
- IV. Autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

À luz da Constituição da República, compete ao Senado Federal o que se afirma APENAS em

- (A) I e III.
- (B) II e IV.
- (C) II, III e IV.
- (D) I e IV.
- (E) I, II e III.

Noções de Direito Administrativo

27. Conforme estabelece a Constituição Federal, a avaliação especial de desempenho é condição necessária para que
- (A) os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo ou emprego público adquiram estabilidade, sendo o primeiro após três anos de efetivo exercício e o segundo após dois anos de exercício, continuados ou não.
 - (B) os titulares de cargo em comissão adquiram estabilidade, após cinco anos de exercício efetivo e ininterrupto.
 - (C) os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público, adquiram estabilidade, após três anos de efetivo exercício.
 - (D) os servidores temporários, desde que concursados, adquiram estabilidade, após dez anos de efetivo exercício, que pode ser interrompido apenas e tão somente nas hipóteses de afastamento decorrentes de doença laboral.
 - (E) os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo, em virtude de concurso público ou não, adquiram estabilidade, após dois anos de efetivo exercício.
28. Nos termos da Lei nº 11.079/2004, constitui diretriz a ser seguida na conformação dos ajustes de Parceria Público-Privada – PPP a
- (A) repartição objetiva de riscos entre as partes.
 - (B) assunção dos riscos exclusivamente pelo parceiro privado, porque explora o negócio por sua conta e risco.
 - (C) vedação de remuneração atrelada ao desempenho do parceiro privado.
 - (D) disponibilização, pelo parceiro privado, de garantias às contraprestações devidas pelo parceiro público.
 - (E) delegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras atividades exclusivas, mas não privativas do Estado.



29. O processo licitatório é exigência constitucional para que a Administração pública contrate
- (A) obras, serviços e compras, não se aplicando para as hipóteses de alienação de bens públicos, que podem ser livremente contratados, em razão de exceção constante do próprio texto constitucional.
 - (B) obras, serviços e compras, de grande vulto e complexidade, sendo permitida a contratação direta, sem licitação, nas hipóteses de bens e serviços comuns ou de bens cujo valor não exceda R\$ 8.000,00.
 - (C) obras, serviços, compras e alienações, sendo, em razão do princípio da igualdade e do julgamento objetivo, vedadas exigências de qualificação técnica e econômico-financeira mesmo que concernentes à garantia do cumprimento das obrigações contratadas.
 - (D) obras, serviços, compras e alienações, que, nos termos da lei de regência, podem, em certas hipóteses, ser contratadas diretamente, por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação.
 - (E) obras, serviços, compras e alienações, que, nos termos da lei de regência, podem, em certas hipóteses, ser contratadas diretamente, por meio de dispensa ou inexigibilidade de licitação, exceção que não se aplica as alienações, que não podem ser contratadas diretamente sem processo licitatório.
-
30. O denominado Regime Próprio de Previdência Social, a que se refere o artigo 40 da Constituição Federal, abrange os servidores
- (A) titulares de cargos de provimento efetivo de todos os entes da federação, incluídas suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista.
 - (B) titulares de cargo em comissão de todos os entes da federação, incluídas suas autarquias e fundações e excluídas as empresas públicas e sociedade de economia mista.
 - (C) titulares de cargos efetivos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, excluídas suas autarquias e fundações.
 - (D) ocupantes, exclusivamente, de cargos em comissão, os servidores temporários e os empregados públicos, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações.
 - (E) titulares de cargos efetivos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações.
-

Administração Orçamentária e Financeira

31. Considerando a difícil situação econômica do país e com vistas a garantir os recursos destinados às obras de infraestrutura de saneamento para o exercício de 2017, o Secretário de Planejamento do Município de Fidalgo recomendou ao Prefeito a inserção de dispositivo na Lei Orçamentária Anual – LOA para garantir a destinação de 5% das receitas de IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano – para despesas de capital na função Saneamento. A recomendação do Secretário de Planejamento é inviável porque fere os princípios orçamentários da
- (A) exclusividade e da não-vinculação das receitas de impostos.
 - (B) exclusividade e do orçamento bruto.
 - (C) não-vinculação das receitas de impostos e da universalidade.
 - (D) universalidade e da periodicidade.
 - (E) economicidade e da publicidade.
-
32. Considere as afirmativas a seguir sobre o Orçamento Público no Brasil.
- I. A Lei de Orçamento compreenderá todas as receitas, inclusive as operações de crédito autorizadas por lei, as emissões de papel-moeda e outras entradas compensatórias no ativo e passivo financeiros.
 - II. Os quadros demonstrativos da receita e planos de aplicação dos fundos especiais acompanharão a Lei de Orçamento.
 - III. O superávit do orçamento corrente, resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes, constituirá item de receita orçamentária.
 - IV. A lei de orçamento vigente será considerada como proposta orçamentária para o exercício seguinte, caso o Poder Executivo não envie este último documento juntamente com o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária para o Poder Legislativo para estudo e aprovação.

De acordo com a Lei nº 4.320/1964, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II.
- (D) III e IV.
- (E) II e IV.



33. O pagamento pelo contribuinte, na rede bancária credenciada, do valor do principal constante em documento emitido pelo órgão competente da prefeitura referente à dívida ativa de Imposto sobre Serviços – ISS corresponde ao estágio de
- (A) lançamento da receita orçamentária classificada na espécie Impostos sobre a Produção e a Circulação.
 - (B) arrecadação da receita orçamentária classificada na origem Outras Receitas Correntes.
 - (C) recolhimento da receita orçamentária classificada na espécie Receita Patrimonial.
 - (D) arrecadação da receita orçamentária classificada na espécie Receita Tributária.
 - (E) lançamento da receita orçamentária classificada na categoria econômica Receita de Capital.
-
34. Em uma prefeitura municipal, a confrontação do contrato, nota de empenho e comprovante de entrega de livros didáticos a serem distribuídos aos alunos da rede municipal de ensino é realizada no estágio de
- (A) pagamento da despesa classificada no grupo de natureza de despesa Aquisição de Bens.
 - (B) liquidação da despesa classificada no elemento de despesa Material de Consumo.
 - (C) pagamento da despesa classificada na função Educação.
 - (D) liquidação da despesa classificada no grupo de natureza de despesa Outras Despesas Correntes.
 - (E) empenho da despesa classificada no elemento de despesa Equipamentos e Material Permanente.
-
35. Com vistas a aumentar a sua popularidade, o prefeito de um determinado Município ordenou a não emissão das guias de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU referente ao exercício de 2016. De acordo com a Lei nº 101/2000, para este determinado Município fica vedada a transferência
- (A) do Fundo de Participação dos Municípios.
 - (B) da quota-parte do ICMS – Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
 - (C) da quota-parte do IPVA – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores.
 - (D) de recursos federais para o custeio da atenção básica à saúde.
 - (E) de recursos de convênios celebrados com entes públicos para a reforma e ampliação de praças.
-
36. Em 31/12/2015, em uma prefeitura municipal, o empenho referente à despesa com serviços de consultoria para avaliação dos contratos de concessão foi cancelado. Todavia, no dia 04/01/2016, um dos produtos do projeto de consultoria, cuja elaboração foi iniciada em outubro de 2015, foi entregue em conformidade com o contrato estabelecido entre a empresa de consultoria e a Administração pública. Neste caso, o ordenador de despesa deve
- (A) autorizar o pagamento à empresa de consultoria, após a inscrição do direito do credor em restos a pagar não processados.
 - (B) solicitar a reversão da anulação da despesa e dar prosseguimento ao seu processo de execução.
 - (C) autorizar o pagamento à empresa de consultoria, após a inscrição do direito do credor em restos a pagar processados.
 - (D) empenhar e liquidar despesa no elemento de despesa Serviços de Consultoria e, posteriormente, autorizar o pagamento à empresa de consultoria.
 - (E) empenhar e liquidar despesa no elemento de despesa Despesas de Exercícios Anteriores e, posteriormente, autorizar o pagamento à empresa de consultoria.
-
37. Considere as seguintes informações extraídas do Subsistema de Informação Orçamentária de uma entidade pública referentes ao exercício financeiro de 2015:
- | | |
|--|--------------------|
| Receita Prevista | R\$ 125.000.000,00 |
| Excesso de Arrecadação | R\$ 7.000.000,00 |
| Despesa Liquidada | R\$ 98.000.000,00 |
| Despesa Paga | R\$ 75.000.000,00 |
| Restos a Pagar não Processados inscritos em 31/12/2015 | R\$ 30.000.000,00. |
- De acordo com a Lei nº 4.320/64, os valores da receita realizada e da despesa realizada em 2015 foram, respectivamente, em reais,
- (A) 132.000.000,00 e 128.000.000,00
 - (B) 132.000.000,00 e 98.000.000,00.
 - (C) 118.000.000,00 e 128.000.000,00.
 - (D) 125.000.000,00 e 105.000.000,00.
 - (E) 125.000.000,00 e 98.000.000,00.

**Orçamento Público**

38. A Constituição Federal prevê a necessidade de redução de desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional. Esse mandamento deve ser obtido por meio da compatibilização
- (A) de orçamentos que compõem a Lei Orçamentária Anual com o Plano Plurianual.
 - (B) da Lei de Diretrizes Orçamentárias com o Plano Plurianual.
 - (C) do Plano Diretor Decenal com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - (D) da Lei de Diretrizes Orçamentárias com o Relatório Resumido da Execução Orçamentária.
 - (E) de orçamentos que compõem a Lei Orçamentária Anual com o Plano Diretor Decenal.
-
39. Considere as seguintes afirmações.
- I. Obtenção de recursos financeiros para a execução de obras de construção de escola.
 - II. Obtenção de recursos financeiros para serviços nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.
 - III. Inclusão de bens com características e especificações exclusivas, tecnicamente justificável.
 - IV. Inclusão do fornecimento de bens com características e especificações exclusivas feitos sob o regime de administração contratada.
- Nos termos definidos pela Lei nº 8.666/1993, representam cláusulas que podem estar legalmente incluídas no objeto da licitação o que se afirma APENAS em
- (A) I e II.
 - (B) III e IV.
 - (C) II, III e IV.
 - (D) I e IV.
 - (E) I, II e III.
-
40. A Lei nº 4.320/1964 dispõe que programas especiais de trabalho que, por sua natureza, não possam cumprir-se subordinadamente às normas gerais de execução de despesa poderão ser custeadas por dotações
- (A) globais, classificadas entre as despesas de custeio.
 - (B) globais, classificadas entre as despesas de capital.
 - (C) parciais, classificadas entre as despesas de capital.
 - (D) globais, classificadas como adiantamentos.
 - (E) parciais, classificadas como adiantamentos.
-
41. Uma determinada Prefeitura precisa adquirir computadores para as escolas, mas percebeu que não há dotação orçamentária específica para esse tipo de despesa. Além disso, constatou que os únicos recursos disponíveis e não comprometidos decorrem da diferença positiva entre o ativo financeiro e o passivo financeiro, conjugando-se, ainda, os saldos dos créditos adicionais transferidos e as operações de crédito a eles vinculadas. A solução prevista na Lei nº 4.320/1964, é a abertura de crédito adicional
- (A) suplementar, por meio de excesso de arrecadação.
 - (B) suplementar, por meio de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
 - (C) extraordinário, por meio de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.
 - (D) especial, por meio de excesso de arrecadação.
 - (E) especial, por meio de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.



42. Considere os seguintes itens relativos à Prefeitura de Sonho Azul em 2015, tomando-se como referência o mês de dezembro.

Despesa total com pessoal	R\$ 14.000.000,00
– ativos	R\$ 7.000.000,00
– inativos	R\$ 1.000.000,00
– horas extras	R\$ 1.000.000,00
– gratificações	R\$ 1.000.000,00
– indenização por demissão de servidores	R\$ 2.000.000,00
– incentivos à demissão voluntária	R\$ 2.000.000,00
Receita corrente líquida	R\$ 20.000.000,00

Conforme disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal, esses valores evidenciam que o percentual de gastos totais da Prefeitura de Sonho Azul, no período indicado, foi de

- (A) 70%, situando-se acima do limite de gasto com pessoal de 60%.
- (B) 70%, situando-se acima do limite de gasto com pessoal de 54%.
- (C) 50%, situando-se abaixo do limite de gasto com pessoal de 60%.
- (D) 50%, situando-se abaixo do limite de gasto com pessoal de 54%.
- (E) 60%, situando-se acima do limite de gasto com pessoal de 54%.

Contabilidade Geral

43. A Cia. Negócios realizou as seguintes transações que impactaram seu Caixa e Equivalentes de Caixa durante o mês de junho de 2016:

1. Recebimento de R\$ 100.000,00 de Duplicatas a Receber de Clientes;
2. Pagamento de R\$ 60.000,00 referentes ao Adiantamento ao Fornecedor Alfa;
3. Recebimento de R\$ 150.000,00 referentes à venda de ações de sua própria emissão;
4. Pagamento de R\$ 70.000,00 referentes aos salários de seus funcionários;
5. Recebimento de R\$ 80.000,00 referentes à venda de um equipamento;
6. Recebimento de R\$ 50.000,00 referentes ao Adiantamento do Cliente Gama;
7. Pagamento de R\$ 40.000,00 referentes a um empréstimo (valor do principal);
8. Pagamento de R\$ 20.000,00 decorrentes de arrendamento mercantil financeiro realizado para a aquisição de uma máquina.

Com base nas informações acima, o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais decorrente do registro destas transações, tomadas em conjunto, foi, em reais,

- (A) 190.000,00, gerados.
- (B) 30.000,00, consumidos.
- (C) 20.000,00, gerados.
- (D) 100.000,00, gerados.
- (E) 80.000,00, gerados.

44. A Cia. Para Ti adquiriu, em 31/01/2016, produtos para revenda no valor de R\$ 200.000,00 para serem pagos em junho de 2017. Se estes produtos tivessem sido adquiridos à vista, a Cia. teria pagado R\$ 150.000,00. Em 12/02/2016, a Cia. vendeu estes produtos por R\$ 420.000,00 a prazo. O prazo concedido para pagamento foi de 18 meses, ou seja, o valor será recebido em 12/08/2017. A Cia. Para Ti, normalmente, concede um prazo para pagamento de 60 dias, sem juros. Sabe-se que se a Cia. Para Ti tivesse realizado a venda dentro das condições normais, sem juros, o seu valor seria R\$ 350.000,00 (valor presente). Com base nestas informações, em 12/02/2016, o Lucro Bruto que a Cia. Para Ti reconheceu referente a esta venda foi, em reais,

- (A) 200.000,00.
- (B) 220.000,00.
- (C) 150.000,00.
- (D) 200.000,00 e resultado financeiro positivo de 20.000,00.
- (E) 150.000,00 e receita financeira de 70.000,00.



45. Durante o ano de 2015, a Cia. Rosa Branca realizou as seguintes operações:

- Apurou lucro líquido no valor de R\$ 300.000,00.
- Destinação do Lucro do Período: constituiu Reserva Legal de R\$ 15.000,00, Reserva de Incentivos Fiscais de R\$ 30.000,00 e Reserva para Expansão de R\$ 165.000,00 e distribuiu dividendos obrigatórios no valor de R\$ 90.000,00.
- Aumentou o Capital Social no valor total de R\$ 50.000,00, sendo R\$ 20.000,00 com reservas de lucro e R\$ 30.000,00 em dinheiro.
- Vendeu por R\$ 80.000,00 ações em tesouraria que haviam sido adquiridas em 2014 por R\$ 30.000,00.

Após o registro destas operações, o aumento do saldo do Patrimônio Líquido da Cia. Rosa Branca foi, em reais,

- (A) 310.000,00.
- (B) 240.000,00.
- (C) 260.000,00.
- (D) 320.000,00.
- (E) 290.000,00.

46. A Cia. Voe Certo obteve, em 01/12/2015, um empréstimo para financiar a expansão da sua atividade operacional. O valor do empréstimo obtido foi R\$ 10.000.000,00 e a taxa de juros compostos contratada foi 2% ao mês, para pagamento integral (principal e juros) em 01/12/2017. Os custos incorridos (e pagos no ato da contratação) para a obtenção deste empréstimo foram R\$ 459.248,00. Sabendo-se que este empréstimo é mensurado pelo custo amortizado, ao reconhecer este empréstimo obtido, em 01/12/2015, a Cia. Voe Certo

- (A) aumentou o ativo total em R\$ 10.000.000,00.
- (B) aumentou o passivo total em R\$ 9.540.752,00.
- (C) reconheceu despesa financeira de R\$ 200.000,00.
- (D) aumentou o passivo total em R\$ 10.000.000,00 e reconheceu despesa financeira de R\$ 459.248,00.
- (E) aumentou o ativo total em R\$ 9.540.752,00 e reconheceu despesa financeira de R\$ 459.248,00.

47. A Cia. Aplic Bem realizou uma aplicação financeira em 30/11/2015 com a aquisição de um título no valor de R\$ 20.000,00 que remunera à taxa de juros compostos de 3% ao mês. A aplicação financeira, em 30/11/2015, foi classificada como "mantida até o vencimento" e o seu valor justo 30 dias após a sua aquisição era R\$ 19.000,00. De acordo com estas informações, em 30/12/2015, a Cia. Aplic Bem reconheceu

- (A) despesa financeira no valor de R\$ 1.000,00.
- (B) receita financeira no valor de R\$ 600,00 e despesa financeira no valor de R\$ 1.600,00.
- (C) receita financeira no valor de R\$ 600,00.
- (D) receita financeira no valor de R\$ 600,00 e ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, no valor de R\$ 1.600,00 (saldo devedor).
- (E) ajuste de avaliação patrimonial, no patrimônio líquido, no valor de R\$ 1.000,00 (saldo devedor).

48. A Cia. Investidora possuía, em 31/12/2015, em seu Balanço Patrimonial, um ativo intangível com vida útil indefinida (ágio derivado de expectativa de rentabilidade futura), cujo valor contábil era R\$ 250.000,00, composto por:

- Valor de custo: R\$ 350.000,00.
- Perda por desvalorização reconhecida (em 2014): R\$ 100.000,00

Antes de encerrar o exercício social de 2015, a empresa realizou o Teste de Recuperabilidade do Ativo e obteve as seguintes informações:

- Valor em uso: R\$ 280.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda: R\$ 240.000,00.

Com base nas informações acima, o valor contábil apresentado no Balanço Patrimonial da Cia. Investidora, em 31/12/2015, para este ativo foi, em reais,

- (A) 250.000,00.
- (B) 280.000,00.
- (C) 240.000,00.
- (D) 350.000,00.
- (E) 210.000,00.



49. A Cia. Comércio Marítimo incorreu nos seguintes gastos ao adquirir mercadorias para revenda em 05/06/2016:

- Mercadorias: R\$ 220.000,00, valor este líquido de tributos
- Seguro para o transporte das mercadorias até a empresa: R\$ 8.000,00
- Impostos recuperáveis: R\$ 32.000,00
- Impostos não recuperáveis: R\$ 22.000,00

Em 10/06/2016, a Cia. revendeu todas estas mercadorias por R\$ 400.000,00, com 10% de desconto concedido no momento da realização da venda. O Lucro Bruto apurado pela Cia. Comércio Marítimo referente a venda destas mercadorias em junho de 2016 foi, em reais,

- (A) 150.000,00.
- (B) 110.000,00.
- (C) 132.000,00.
- (D) 100.000,00.
- (E) 78.000,00.

50. A Cia. Só Processos apresentou, em 31/12/2015, as seguintes informações sobre os processos judiciais em andamento:

Nº do Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2014	Probabilidade de Perda em 31/12/2015	Valor Reestimado da Perda em 31/12/2015
1	R\$ 90.000,00	Provável	R\$ 80.000,00
2	R\$ 0,00	Provável	R\$ 70.000,00
3	R\$ 30.000,00	Possível	R\$ 50.000,00
4	R\$ 0,00	Remota	R\$ 20.000,00

Considerando os registros contábeis referentes a todos os processos, tomados em conjunto, a Cia. Só Processos reconheceu na Demonstração do Resultado de 2015 e apresentou em seu Balanço Patrimonial de 31/12/2015, respectivamente, um impacto negativo de

- (A) R\$ 30.000,00 e um saldo de Provisões de R\$ 200.000,00.
- (B) R\$ 60.000,00 e um saldo de Provisões de R\$ 150.000,00.
- (C) R\$ 80.000,00 e um saldo de Provisões de R\$ 200.000,00.
- (D) R\$ 100.000,00 e um saldo de Provisões de R\$ 220.000,00.
- (E) R\$ 30.000,00 e um saldo de Provisões de R\$ 150.000,00.

51. A Cia. Europeia adquiriu, em 31/12/2014, 60% das ações ordinárias da Cia. Britânica por R\$ 6.000.000,00 à vista. No período de 01/01/2015 a 31/12/2015, a Cia. Britânica reconheceu as seguintes alterações em seu Patrimônio Líquido:

Lucro líquido: R\$ 500.000,00

Distribuição de dividendos: R\$ 100.000,00

Ajustes acumulados de conversão de demonstrações contábeis de investidas no exterior: R\$ 200.000,00 (devedor)

A Cia. Europeia reconheceu em sua Demonstração do Resultado de 2015

- (A) Receita de Dividendos no valor de R\$ 60.000,00.
- (B) Receita de Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 180.000,00.
- (C) Receita de Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 240.000,00.
- (D) Receita de Equivalência Patrimonial no valor de R\$ 300.000,00.
- (E) Despesa de conversão de demonstrações contábeis no valor de R\$ 120.000,00.

**Contabilidade Pública**

52. A Lei Federal nº 4.320/1964 define que os itens da discriminação da receita serão identificados por números de código decimal. Convencionou-se denominar este código de natureza de receita. Quando o contribuinte pagou o Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do exercício de 2016 a receita foi alocada no código "1112.02.00". Considerando o código da natureza da receita orçamentária, o primeiro e segundo dígitos "11" referem-se, respectivamente, a
- (A) origem e a espécie de receita.
 - (B) rubrica e a alínea de receita.
 - (C) categoria econômica e a espécie de receita.
 - (D) origem e a rubrica de receita.
 - (E) categoria econômica e a origem de receita.
-
53. O contador de determinado município efetuou o registro contábil da arrecadação da receita de ISS concomitante com o fato gerador, debitando e creditando, respectivamente, as contas: "Caixa e Equivalente de Caixa em Moeda Nacional" e "Impostos sobre a Produção e a Circulação". Este registro contábil foi realizado no subsistema de informações contábeis
- (A) orçamentário.
 - (B) patrimonial.
 - (C) financeiro.
 - (D) compensação.
 - (E) fluxo de caixa.

Atenção: Para responder as questões de números 54 e 55, considere as seguintes informações:

- No mês de abril de 2015, o Prefeito da Capital autorizou a contratação da empresa Limpa Rápido Ltda., com vigência de 12 meses, a contar de 01 de maio de 2015 a 30 de abril de 2016, para executar os serviços de coleta de lixo, pelo valor mensal de R\$ 100.000,00, na região leste do município.
 - A partir de 01 de novembro de 2015, o valor mensal dos serviços contratados foi reajustado em 10%.
 - Do total da despesa empenhada (empenhos emitidos) para o exercício de 2015, foi cancelado no próprio exercício, empenho no valor de R\$ 15.000,00 referente aos serviços de coleta de lixo não realizados no mês de julho de 2015.
54. O total da despesa líquida empenhada (empenhos emitidos menos cancelamento) para o exercício de 2015 foi, em reais,
- (A) 1.245.000,00.
 - (B) 785.000,00.
 - (C) 805.000,00.
 - (D) 1.200.000,00.
 - (E) 820.000,00.
-
55. Pela emissão do empenho (despesa empenhada), sob a ótica do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público, no subsistema de informações orçamentárias, o registro contábil será realizado mediante "débito" e "crédito", respectivamente, nos títulos de contas
- (A) crédito disponível e crédito empenhado a liquidar.
 - (B) despesa empenhada e despesa a realizar.
 - (C) crédito utilizado e crédito empenhado a liquidar.
 - (D) despesas correntes e despesas a pagar.
 - (E) despesa a realizar e crédito empenhado a pagar.
-
56. No Balanço Patrimonial de determinada autarquia da capital do Estado, referente ao exercício de 2015, o ativo circulante somou o valor de R\$ 985.780.000,00. Segundo as Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, entre outros critérios, os ativos devem ser classificados como "circulante" quando
- (A) corresponderem a valores exigíveis com vencimentos até doze meses da data das demonstrações contábeis.
 - (B) corresponderem a valores a receber com vencimentos até seis meses da data da publicação do Balanço Patrimonial.
 - (C) tiverem a expectativa de realização até dezoito meses da data das demonstrações contábeis.
 - (D) corresponderem a valores a receber com vencimentos até doze meses da data do fato gerador.
 - (E) tiverem a expectativa de realização até doze meses da data das demonstrações contábeis.



57. Determinado ente público, no terceiro bimestre de 2016, realizou as seguintes transações, em reais:

– Arrecadação de receitas de aluguel de propriedade do ente público	70.000,00
– Empenho destinado a despesa de material de almoxarifado	40.000,00
– Arrecadação de receitas com operações de crédito de longo prazo	80.000,00
– Empenho para realização de despesa com manutenção de elevadores.....	30.000,00
– Empenho para aquisição de dois veículos novos	150.000,00
– Arrecadação de receitas de impostos, concomitante ao fato gerador	350.000,00
– Recebimento, em doação, de um terreno para construção de uma escola.....	90.000,00
– Empenho destinado a despesas com pessoal ativo	310.000,00
– Uso de material de consumo	20.000,00

Nota:

- Todas as despesas empenhadas foram liquidadas e pagas no referido período.
- Todas as receitas foram arrecadadas concomitantes ao seu fato gerador.

Considerando as Variações Patrimoniais decorrentes das transações realizadas no terceiro bimestre de 2016, o resultado patrimonial apurado no período foi, em reais,

- (A) 110.000.
- (B) 150.000.
- (C) 80.000.
- (D) 230.000.
- (E) 170.000.

58. Considere as seguintes informações:

- No município de Ladeira Alta a despesa bruta com pessoal do Poder Executivo, no período de janeiro a dezembro de 2015, totaliza R\$ 581.250.000,00.
- As despesas não computadas (§ 1º do artigo 19 da LRF) somam R\$ 18.750.000,00.
- A receita corrente líquida – RCL, utilizada para efeito de apuração do cumprimento do limite legal no referido período, soma R\$ 1.250.000.000,00

Na verificação do cumprimento dos limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000, a despesa total de pessoal – DTP, apurada no período de janeiro a dezembro de 2015, corresponde ao percentual (%) aplicado sobre a receita corrente líquida – RCL de

- (A) 46,5.
- (B) 45.
- (C) 54.
- (D) 51,30.
- (E) 48,60.

59. Com relação à Demonstração dos Fluxos de Caixa, as receitas de concessões e permissões, e as aquisições de ativos não circulantes serão classificados nos fluxos de caixa, respectivamente, das atividades

- (A) financeiras e patrimoniais.
- (B) investimentos e financiamentos.
- (C) operacionais e investimentos.
- (D) financeiras e investimentos.
- (E) operacionais e patrimoniais.

60. O Presidente da Autarquia Municipal Distribuidora de Gás autorizou a aquisição à vista de dois veículos novos, para utilização em suas atividades de fiscalização, pelo valor de R\$ 90.000,00. No que tange aos subsistemas de informações orçamentárias e patrimoniais, a aquisição dos veículos será classificada, respectivamente,

- (A) no elemento de despesa – equipamentos e material permanente, e no ativo não circulante.
- (B) na categoria econômica – despesas de capital, e no ativo circulante.
- (C) no grupo de natureza de despesa – inversões financeiras, e no passivo não circulante.
- (D) no elemento de despesa – bens móveis, e no ativo não circulante.
- (E) na categoria econômica – despesas patrimoniais, e no ativo não circulante.

**DISCURSIVA – REDAÇÃO****Atenção:**

Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva – Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) estiver em branco; f) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. A folha para rascunho no Caderno de Provas será de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova Discursiva – Redação pela Banca Examinadora. Na Prova Discursiva – Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda dos pontos a serem atribuídos à Redação. A Prova Discursiva – Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta).

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

Fala-se da importância da ação educativa na “formação do trabalhador para que seja útil à empresa moderna”, na “formação do cidadão moderno”.

O cidadão, assim, fica reduzido ao papel de produtor de bens necessários ao mercado. Porém, não se anuncia qualquer preocupação para com as pessoas, com os valores, com o bem-estar, com a alegria de viver, mas sim, e apenas, com as exigências a serem satisfeitas para que se ofereçam garantias aos grandes negócios.

(Adaptado de: RODRIGUES, Neidson. **Elogio à educação**, São Paulo: Cortez, 2002. p. 28)

Com base no excerto acima, elabore um texto dissertativo-argumentativo, justificando seu ponto de vista.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	